



Ciência, informação e política na pandemia brasileira

Science, information, and politics in the Brazilian pandemic

Maira Baumgarten ^{a,*} 

Maria Helena Weber ^b 

RESUMO: Este texto tem por objetivo contribuir para o debate sobre tecnologia, política, comunicação e informação científica relacionado à pandemia da COVID-19, no Brasil. O enfoque adotado é o da crítica da perspectiva colonial na produção e comunicação de conhecimentos. A partir de análise de literatura sobre o tema e de material jornalístico e de redes sociais, é possível identificar uma disputa de verdades sobre a pandemia, que expõe, de um lado, a importância da comunicação científica, da imprensa e das redes digitais e, no outro, a banalização da pandemia e a desqualificação do conhecimento, com base na postura do Governo Federal, em parte ligada a visões importadas e interessadas sobre o assunto. O artigo aborda a relação entre informação e comunicação analisando o estado atual do tema e aponta para uma crise da comunicação pública tensionada por interesses privados nacionais e transnacionais. Por fim introduz o SUS como exemplo de informação e comunicação em saúde desenvolvido localmente.

Palavras-chave: Informação Científica; Comunicação Pública; Democracia; Pandemia no Brasil.

ABSTRACT: This text aims to add to the debate on technology, politics, communication, and scientific information related to the COVID-19 pandemic in Brazil. The chosen approach is the critique of the colonial perspective on knowledge production and communication. Based on literature review on the subject, and journalistic and social media clippings, we come to the conclusion that there was a dispute of truths about the pandemic. On the one hand it exposed the importance of scientific communication, the media and digital networks. On the other hand, it exposed the trivialization of the pandemic and the disqualification of knowledge, based on the Brazilian Federal Government's stance, partly linked to imported and vested interests' views on the subject. The article addresses the relationship between information and communication by analyzing the current state of affairs, and points out to a public communication crisis tensioned by national and transnational private interests. Finally, it introduces the Brazilian Unified Health System (SUS) as an example of locally developed health information and communication system.

Keywords: Scientific Information; Public Communication; Democracy; Pandemic in Brazil.

^a Associação de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias, Brasil; Universidade Federal do Rio Grande, Carreiros, RS, Brasil.

^a Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Maira Baumgarten. E-mail: mayrab@terra.com.br.

Recebido em/Received: 25/06/2021; Aprovado em/Approved: 30/09/2021.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

*Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.*

A flor e a Náusea (Carlos Drummond de Andrade)

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre informação e comunicação na sociedade atual, acuada pelos perigos na pandemia COVID-19, se impõe a partir de uma questão premente: qual é o papel da ciência e dos meios de comunicação (jornais, televisão, rádio, mídias digitais e redes sociais) nos processos atuais de distribuição, concentração de poder e de conhecimento em relação ao bem-estar social? Subsidiariamente é necessário, também, perguntar como as forças sociais hegemônicas expressam e viabilizam estratégias de dominação, através das mídias.

Partimos da premissa de que a democracia contemporânea depende de relações e processos de comunicação desenvolvidos entre o Estado e a sociedade, através de debates, mídias de massa, digitais e redes sociais dirigidos à obtenção de consensos, embora, os políticos busquem também visibilidade, apoio e votos. Temos assim delineado um cenário complexo demarcado pela informação política e por disputas de poder em torno de temas vitais ao funcionamento do país e à democracia. Entendemos que essa complexidade é ampliada quando a vida se torna o centro de disputas políticas, econômicas e culturais, na medida em que o problema é o contágio universal e desencadeia uma pandemia incontrolável.

Concorrem para essa análise, especialmente, disputas sobre “verdades” a respeito da COVID-19, especificamente contágio, tratamento, prevenção e vacinação, que circulam em redes sociais e digitais; imprensa; meios científicos e são proferidas pelo governo federal. A análise é complexa porque abrange processos da concorrência entre democracia, capitalismo e autoritarismos e traz à tona, crises econômicas, ambientais, sociais e comportamentais. Ao mesmo tempo, o confinamento exigido pela pandemia amplia o poder das tecnologias e das redes sociais digitais, criando novos espaços de comunicação e disseminação de informações públicas e privadas.

Para atingirmos nosso objetivo de contribuir para o debate sobre tecnologia, política, comunicação e informação científica, relacionando essas questões à pandemia da COVID-19, abordamos a importância e os limites da tecnologia e da comunicação tensionada por interesses públicos e privados. Para tanto, discorreremos, na primeira parte, sobre aspectos da ciência, tecnologia, comunicação e democracia, seguida da análise sobre a crise da democracia brasileira diante da pandemia da COVID-19; a comunicação em ciência e tecnologia e o debate público como resistência e, por último, a introdução do SUS como exemplo de informação e comunicação em saúde.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA

Vivemos em uma sociedade mundializada em que promessas frustradas da modernidade e elementos de pós-modernidade convivem no que podemos, desde já, identificar como um período de transição entre modos de produção social. Fundamentalismos econômicos e religiosos, crises de legitimidade e rompimento dos laços de solidariedade são traços característicos do mundo contemporâneo. A modernidade que se constituiu a partir do processo de racionalização e desencantamento do mundo é a expressão visível de um duplo processo histórico, que tem como face oculta, a “colonialidade”. A história contada do ponto de vista do projeto moderno é a razão para essa invisibilidade (Mignolo, 2003).

A ciência moderna, como modelo de racionalidade científica, constituiu-se contra as formas de conhecimento anteriores, instituindo uma espécie de totalitarismo epistêmico científico. Ao enfrentar o totalitarismo epistêmico teológico precedente, a ciência submeteu, também, os diversos saberes locais que não se pautavam pelos seus princípios epistemológicos e suas regras metodológicas (Meneses, 2003). Diferentes projetos geopolíticos de hegemonia articulam-se às dicotomias que estabelecem oposições entre sociedades “tradicionais” (vistas como estáticas) e a “modernização” (fonte de progresso). A lógica da experiência colonial moderna dividiu o mundo em zonas metropolitanas e coloniais, civilizadas e incivis, relevantes e irrelevantes (Santos, Araújo, Baumgarten, 2016).

Há uma forte discussão, nas ciências sociais, sobre o desafio, que se vem colocando para os pesquisadores, da análise dos padrões mundiais e da dinâmica global (Therborn, 2006), bem como é possível encontrar muitos debates sobre as relações entre o Norte global e o Sul periférico (Baumgarten, 2016) e das relações entre conhecimentos, política e comunicação (Albagli, Maciel, Abdo, 2015).

A visibilidade sobre a ciência e os saberes é parte dessa dinâmica global associada à consolidação de sistemas de comunicação de massa, à imprensa e opinião pública, e, atualmente, às mídias digitais. Estas referências acionam o debate sobre o poder de produção e manipulação de informações em discursos políticos, notícias e propaganda dirigidas aos movimentos do poder. Esse poder, no entanto, vai sendo transferido a organizações de comunicação e a plataformas digitais tirando-lhes, em grande medida, a capacidade de mediação das mídias e ampliando sua atomização em relação à realidade.

Algumas perspectivas teóricas são importantes para essa abordagem que reúne questões da democracia e da comunicação, especificamente, a ideia da comunicação como sistema social (Luhmann, 1995); a vinculação entre comunicação e democracia (Habermas, 2003; Gomes, Maia, 2008); a midiaticização (Verón, 1994, 2014; Hajvard, 2008; Fausto Neto, 2008) e as mudanças estruturais da democracia no mundo digital (Coleman, Blumler, 2009; Gomes, 2018) e a comunicação pública inerente às democracias (Esteves, 2011; Weber, Coelho, Locatelli, 2017).

Cabe citar Steinberger (2005) na obra *Discursos Geopolíticos da Mídia*, que caracteriza o papel estratégico da mídia, como formadora da chamada “opinião pública internacional” e a necessidade de criar subsídios para que se possa avaliar o papel geopolítico da opinião pública e, por extensão, dos meios jornalísticos que contribuem para sua formação. Segundo a autora há uma nova ordem mundial e os meios de comunicação de massa e a indústria cultural teriam o poder de configurar mentalidades e, conseqüentemente, construir o apoio social necessário para a consolidação do projeto de qualquer liderança internacional.

Para abordar essa nova ordem midiática e suas relações com ciência e tecnologia é essencial reconhecer o poder das redes sociais e das tecnologias que possibilitam sua existência, bem como a extensão de sua contribuição para a formação do imaginário mundial e local. Para tanto se faz necessário refletir sobre como ciência, tecnologia e sociedade estão conectadas, ou ainda, como as atuais formas de produção da vida dependem da tecnologia e quais interesses predominam nessas relações.

A dinâmica técnico-econômica marcada, de um lado, por revoluções na tecnologia e, de outro lado, pela intensificação no uso da informação e do conhecimento nos processos de produção, comercialização de bens e serviços e na circulação e valorização do capital (Maldonado, 1999; Baumgarten, 2005) é preponderante desde o fim do último século. O tema *inovação* tem sido colocado em destaque tanto na discussão acerca das estratégias de desenvolvimento orientadas pelo conjunto das práticas capitalistas globais, quanto no debate em torno daquelas voltadas à constituição de alternativas ao modo hegemônico de produção e de organização da base material da sociedade.

Ciência e tecnologia, elementos centrais à inovação, constituem-se em forças produtivas de primeira ordem. Ou mais especificamente: a estruturação surgida dessas transformações é a de uma sociedade na qual a tecnociência está cada vez mais vinculada à produção e à lógica da competição do mercado, sustentada pelo modelo de capitalismo neoliberal (Santos, 2006). Nessa nova dinâmica, ganham relevo a maior rapidez, confiabilidade e baixo custo de transmissão, armazenamento e processamento de grandes volumes de conhecimentos codificados e de outras formas de informação (Lastres, 2007), cujo avanço, no entanto, “ocorre *paripassu* com o aumento das possibilidades de privatização e ‘comodificação’”. (*Idem*, p. 60).

As “novas” tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), surgidas nesse período, passam a ocupar uma posição fundamental no que tange à disseminação de saberes especializados e à constituição de competências. Essas tecnologias e, em especial, a *internet*, têm um lugar central na conexão entre pessoas, mas também entre empresas, maximizando as possibilidades de obtenção do lucro, a partir de uma crescente financeirização da sociedade global, fragilização dos Estados nacionais frente às empresas e ampliação dos limites de exploração tanto da natureza quando internamente às sociedades, tornando produtos os próprios seres humanos e suas relações.

Com base na articulação desse conjunto de questões levanta-se a problemática que envolve a *divulgação da ciência e da tecnologia* (C&T) e a *comunicação pública* sobre o tema no cenário atual, juntamente com as possibilidades abertas pelas NTIC no que diz respeito à constituição de novas formas de conexão entre as pessoas e sua apropriação através da manipulação de suas vontades, emoções e, mesmo, de seu conhecimento sobre a natureza e a sociedade, criando novas necessidades de consumo e distintas “verdades” sobre o mundo e aumentando, com isso, exponencialmente, o lucro das empresas e marcas que atuam no setor e seus anunciantes nas plataformas Google, Youtube, Instagram, Twitter, Facebook, WhatsApp, entre outras.

A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E A COVID-19

A comunicação sobre a pandemia da COVID-19 amplia a crise político-econômica do Brasil, na medida em que desencadeia disputas discursivas entre ciência, governo e imprensa causando incertezas e insegurança sobre prevenção, proteção e procedimentos adequados. O tema toma conta dos noticiários, mídias e redes que, ininterruptamente, oferecem dados, opiniões e conselhos, de fácil acesso aos cidadãos. A competição sobre qual é a verdade vem sendo acirrada proporcionalmente à ampliação da polarização político-discursiva.

A informação científica gerada nos laboratórios, nas instituições internacionais e universidades ocupa programas, espaços e plataformas jornalísticas na voz de pesquisadores e especialistas. Entretanto, a qualidade e a comprovação científica não foram consideradas suficientes para a governança do Brasil e o presidente Jair Bolsonaro assumiu a liderança para desestabilizar estas certezas, assim como Donald Trump, ex-presidente norte-americano. Por intermédio das redes digitais, seus seguidores também passaram a replicar as dúvidas sobre a COVID-19, ironizar os cuidados, assim como organizar manifestações públicas e acompanhar os passeios presidenciais, numa afronta simbólica ao discurso científico e às suas recomendações.

O debate instaurado permanece pela divulgação de informações científicas na imprensa e por plataformas vinculadas a instituições científicas, universidades e associações da sociedade organizada. O Governo Federal mantém seu posicionamento desqualificador sobre a ciência, disposto a garantir sua posição sobre a minimização de danos apesar do registro de mais de 500 mil mortes, até 28 de agosto de 2021 de acordo com os dados divulgados pelo Consorcio de Veículos de Imprensa.¹. Cabe ressaltar que a omissão do Governo Federal e o cerceamento aos dados sobre a pandemia originou a criação do Consórcio, em 9/6/2020, formado pelas organizações midiáticas de maior referência no país: Rede Globo, portais G1 e UOL e os jornais Extra, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo (Brenol, Weber, 2020).

¹ <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/t/videos/v/brasil-tem-140-783-mortes-por-covid-aponta-consorcio-de-veiculos-de-imprensa/8890173/> acessado em 28/08/2021 28/

A destituição sucessiva de ministros da Saúde² e a falta de uma política pública de combate ao vírus são atitudes de afronta à democracia, porquanto desrespeitam o interesse público, não demonstram responsabilidade e solidariedade. Esta dupla perspectiva no trato com a crise sanitária e os perigos da COVID-19 contribui para a incerteza e o medo; para a manutenção da polarização entre apoiadores do presidente Bolsonaro e os outros, como se a campanha eleitoral de 2018 ainda estivesse em curso. Contribui também para um comportamento passional de usuários das redes e, em tese, para o não cumprimento de normas recomendadas, por exemplo, de não haver aglomeração. Discussões sobre o uso de determinados remédios miraculosos para o “tratamento precoce” (com a cloroquina e a ivermectina) ocuparam o discurso presidencial e, assim, também acionaram especialistas a responder. Nesta direção, a estratégia governamental de estar sempre à vista foi eficaz. A cada disparate ou inadequação discursiva, a imprensa se empenhava a discutir significados e consequências, enquanto seguidores e “perseguidores” do governo Bolsonaro se digladiavam nas redes.

A tecnologia das redes, ao mesmo tempo, viabiliza espaços de atendimentos para cuidados e orientações sobre a doença; favorece debates sobre questões políticas, econômicas e culturais associadas à pandemia e ao confinamento; difunde novos formatos de produção cultural e transfigura-se em sala de aula virtual. Estas qualidades, no entanto, deram visibilidade às profundas desigualdades sociais. O Auxílio Emergencial (R\$ 600,00) foi pago a 115 milhões de pessoas, em 2020, sendo que o Brasil tem uma população estimada de 212 milhões de habitantes³, ou seja, mais da metade da população vive em situações de pobreza, ou de desemprego. Em 2021, a situação se agravou pela lenta decisão sobre novo auxílio emergencial, acirrando a falta de governança, de prioridades sanitárias e de soluções aos problemas.

A pandemia expôs fraturas da democracia brasileira como desvio de recursos públicos da saúde em seculares atos de corrupção, assim como as disputas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, capazes de tergiversar sobre o interesse público. Diante disso, foi instalada, em 27 de abril último (ainda em funcionamento nesta data), a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, para apurar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e possíveis ilícitos⁴

A crise política gestada pela COVID-19 é também uma crise da comunicação pública que é inerente às democracias. O governo eleito tem o compromisso de tornar públicos atos e políticas voltadas à resolução de problemas (como a pandemia), defender o interesse público, em discursos que obedeçam à verdade e promover o debate público, qualificado e participativo propiciado pela *internet* e seus múltiplos espaços (sempre que houver adequada regulação das plataformas⁵). Entretanto, o que a análise

² Respectivamente: Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuelo.

³ https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php. Acessado em 18/03/2021.

⁴ <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>, Acessado em 28/08/2021

⁵ Ver Democratização da Comunicação: Carta de Salvador, in: SBPC, 2018

identifica é que a comunicação do governo contraria a democracia, posto que esta comunicação tem sido direcionada pelo viés particular dos interesses presentes no governo (que não coincidem com o interesse público no caso da pandemia) e seus discursos por mídias privadas exclusivas do presidente. As estratégias de comunicação do governo Bolsonaro são direcionadas à promoção da dúvida e do medo.

COMUNICAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA: DEBATE PÚBLICO E RESISTÊNCIA

A iminência da morte trazida pela COVID-19 é um excelente exemplo de como os temas sob a autoridade do campo científico podem interferir na opinião sobre a qualidade de um governo; sobre a qualidade da imprensa e o poder de disseminação de informações verdadeiras ou *fake news*, através das redes.

A *comunicação* sobre C&T diz respeito à circulação de conhecimentos obtida através da *divulgação* de ciência e tecnologia, em suas variadas formas e inclui uma atitude dialógica. Nessa acepção, a divulgação/comunicação de C&T incorpora também a ideia de redes e trocas e a noção de complexidade, buscando alternativas para, por um lado, desconstruir as dicotomias produzidas pela ciência moderna e, por outro lado, promover a integração de saberes. (Baumgarten, 2012)⁶. As noções de *divulgação* e *comunicação* de ciência e tecnologia podem trazer consigo a ideia de horizontalização dos processos de circulação do conhecimento científico e tecnológico, desde que orientadas pela pluralidade do conhecimento social e pelos diálogos e composições imprescindíveis à construção de uma ciência e tecnologia capazes de contemplar a complexidade da realidade social, enquanto realidade vivida (ou prática).

Nessa perspectiva, divulgação e comunicação de ciência e tecnologia envolvem a constituição de uma *ecologia de saberes* (Santos, 2010) entre os diferentes sujeitos e grupos sociais. Pensar os processos de circulação de conhecimentos a partir das noções de *divulgação* e *comunicação* descritas acima é crucial para o estabelecimento do debate público sobre natureza e sociedade em bases mais democráticas, possibilitando ampliar a compreensão informada da realidade social e da natureza e enfrentar com mais subsídios falsas notícias. Nesse sentido, a ideia central desses processos consiste em encontrar formas que permitam questionar e refletir criticamente sobre as diferentes problemáticas envolvidas, através da refutação ou aceitação de argumentos e da interação dos sujeitos com os objetos tecnológicos e com os temas científicos na condição de *sujeitos ativos* (Baumgarten, 2011; 2012).

O debate público e informado sobre a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos e suas relações com a sociedade e com os interesses nela presentes apresenta-se como instrumento fundamental para melhorar as condições de compreensão do conteúdo da ciência e da tecnologia por parte das coletividades locais, dos empresários, dos políticos e dos próprios cientistas. Da mesma forma,

⁶ Por exemplo: neutralidade versus interesse, ação versus estrutura, ciência versus outros saberes, competitividade versus bem-estar social.

contribui amplamente para a discussão, na sociedade, sobre qual é o papel da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento dos países (Baumgarten, 2012).

Sob esse último aspecto, o debate público abre espaço para a discussão sobre o modelo de desenvolvimento científico e tecnológico mais adequado a cada sociedade e sobre o tipo de ciência e tecnologia que se quer buscar. Isto é, não se resume a discutir questões sobre relações, impactos e o conteúdo dos conhecimentos de C&T tal como são produzidos. Busca também (e talvez, principalmente) pensar como *podem vir a ser constituídos* esses conhecimentos, o que requer tanto a consideração atenta das especificidades e da diversidade locais, quanto dos condicionantes sistêmicos que incidem direta e indiretamente na dinâmica de produção e reprodução da ciência e da tecnologia em âmbito global (Baumgarten, Lima 2015).

O equilíbrio no atendimento das diferentes demandas e necessidades do conjunto de sujeitos e grupos envolvidos no desenvolvimento tecnológico requer partir do foco na *transformação das representações, valores e interesses tradicionais da ciência e da tecnologia*, historicamente associados a privilégios cognitivos, políticos e sociais⁷. Esse foco mostra-se especialmente importante quando são consideradas, mais especificamente, as contribuições e as possibilidades abertas pelas novas tecnologias de informação e comunicação em relação à alteração das dinâmicas que envolvem o conhecimento científico e tecnológico. Ou seja, é preciso investigar as transformações que essas tecnologias são capazes de gerar no âmbito das representações, dos valores e, logo, das práticas humanas de modo a constituir novos produtos e práticas de saber.

O desenvolvimento histórico da *internet*, como tecnologia de informação e comunicação mais influente da humanidade é um dos fenômenos que melhor ilustra esse potencial. Em suas origens, a cultura que dá forma à *internet* remonta a atividades vinculadas a II Guerra e a práticas acadêmicas dos especialistas em computação dos grandes centros de pesquisa dos EUA – seus criadores e também primeiros usuários. Sua apropriação por *hackers*, situados além da academia e orientados por valores como a união entre trabalho, divertimento e a ideia da liberdade pessoal (Himanen, 2001), possibilita que a nova tecnologia encontre práticas multiplicadoras da inovação tecnológica, da cooperação e da comunicação livre, as quais formam a ponte entre o conhecimento dos técnicos e pesquisadores especializados e o mundo empresarial, este último responsável por sua disseminação em ritmo exponencial por toda a sociedade a partir da década de 1990 (Baumgarten, Lima, 2015).

Por outro lado, as primeiras comunidades virtuais, formadas em sua maioria por ex-integrantes de movimentos contraculturais, são o elemento-chave, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, para a constituição das formas sociais de uso da nova tecnologia, caracterizadas pela comunicação horizontal e pela possibilidade de

⁷ Por exemplo a perspectiva, ainda predominante, de absoluta neutralidade da ciência, que permite sua instrumentalização. A visão tradicional de tecnologia e de inovação que as vê como instrumentos para a competitividade econômica apenas, o que dificulta perceber a inovação como um recurso social. O ocultamento de que todo conhecimento contém interesse e que ciência e tecnologia, como produtos sociais são permeadas pelos interesses dominantes nas sociedades em que são produzidas.

formação autônoma de redes, estabelecidas conforme a multiplicidade de interesses de seus membros. Do mesmo modo, essas iniciativas podem ser associadas aos movimentos do Software Livre e o de Código Aberto (Coleman, 2010).

Como todo o conhecimento, a tecnologia da *internet* expressa os interesses hegemônicos na sociedade e suas potencialidades. O que, em seu início, possibilitou a ligação entre pessoas, instituições, a formação de redes sociais e corporativas interligando o globo e reduzindo distâncias foi rapidamente apropriado por grandes empresas que desenvolveram a tecnologia de acordo com seu interesse primordial: o lucro e, neste processo, os seres humanos e suas conexões foram transformados em mercadorias. A utilização de inteligência artificial (com quase nenhum controle humano) para a operação das redes sociais de grandes plataformas e redes como Google, Youtube, Instagram, Facebook e os objetivos de lucro a curto prazo desses agentes em associação com seus anunciantes, levam a ideia de uma nova ordem mundial midiática para outro nível. No mundo de hoje são as redes, ou aqueles que as controlam, que têm o poder de manipular e configurar mentalidades, moldá-las e construir novas “verdades” sobre o mundo e as pessoas e, com isso, obter o apoio social necessário para a consolidação do seu próprio projeto, seja ele econômico: maximização do lucro ou político: maximização de poder, ou, ainda, ambos combinados.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE, O EXEMPLO DO SUS

A saúde é um campo de estudos e de ação e, como tal, necessita da perspectiva inter e transdisciplinar para seu adequado funcionamento. Por abranger seres vivos que pertencem a uma sociedade determinada exige, para seu desenvolvimento, conhecer a sociedade e a natureza circundantes, posto não ser possível subtrair o objeto de pesquisa e atenção do seu contexto ambiental, social, histórico e econômico.

A utilização de saberes de distintas disciplinas e áreas que vão desde as ciências biológicas, medicina, epidemiologia, sociologia, biofísica, economia é requerida quando se atua no campo da saúde. Assim as tentativas de trabalhar com o binômio saúde-doença em uma perspectiva a-histórica, segmentando o corpo humano e retirando-o de seu contexto social têm resultado em sistemas de saúde falhos, pouco resolutivos e excludentes.

A implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde em meados dos anos 1980, seguida pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no início da década de 1990 trabalhou com uma diferente concepção de saúde embasada nas ideias de contextualização, planejamento, conhecimentos locais, descentralização e interdisciplinaridade. Um dos temas estratégicos da época (tal como agora) era o da informação/comunicação (Baumgarten, 2021).

Para mudar as características do sistema anterior, com programas verticalizados e medicalizados, centrados em ações curativas foi necessário recorrer a uma nova visão sobre a saúde, agregando o contexto socioeconômico para a avaliação dos serviços e

da atenção à saúde, assim como a importância dos aspectos preventivos. O movimento da Reforma Sanitária, ao contemplar uma perspectiva de planejamento estratégico, questões epidemiológicas e a dimensão da informação em saúde, abriu a possibilidade de políticas mais horizontais como, por exemplo, a política de atenção à saúde da mulher, política para o sangue e hemoderivados (importante dado o surgimento da SIDA) e de produção de medicamentos, entre outras. A boa execução dessas políticas e das ideias de descentralização, resolutividade e participação social tornou essencial a informação (em saúde) e também comunicação circulando entre os profissionais de saúde e entre esses e os usuários do sistema.

Trinta anos após a publicação, da lei de criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em setembro de 1990, a pandemia COVID 19 demonstra a importância deste sistema e alguns de seus preceitos básicos, notadamente, aqueles que dizem respeito à descentralização e democratização do conhecimento⁸, síntese do espírito da Reforma Sanitária.

Um dos artigos do volume 3 dos Cadernos da IX Conferência Nacional de Saúde trata da relação entre informação, saúde e cidadania (Corrêa, 1992). O texto parte da constatação básica de que a problemática da informação em saúde está imbricada com a política de ciência e tecnologia adotada, que influencia fortemente a possibilidade de produzir, sistematizar e disseminar informações necessárias para o desempenho adequado dos serviços de saúde. De acordo com a autora uma política de informação em saúde pressupõe dois eixos básicos e necessariamente integrados: 1) produção e sistematização de informações, possibilitando o conhecimento das reais condições de saúde da população abrangida e 2) divulgação/comunicação, ou seja, informação que promove o conhecimento por parte da sociedade e dos profissionais da área sobre as condições de saúde, a oferta de serviços, uso adequado dos recursos e direitos do cidadão, viabilizando o controle social sobre a gestão e sobre a qualidade dos serviços.

Durante a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), como se chamava à época o SUS, foram desenvolvidas e implementadas diversos organismos e ações de organização e disseminação de informações em saúde nas várias unidades da federação. No Rio Grande do Sul, por exemplo, foi criado, junto à Escola de Saúde Pública, o Centro de Informações e Divulgação de Saúde (CIDS), responsável pela formulação e implementação de uma política de informações na área que subsidiasse as ações da Secretaria da Saúde. Durante os anos iniciais de implantação do SUDS, juntamente com a Escola da Saúde Pública o CIDS desempenhou papel estratégico organizando informações, produzindo vídeos e outros materiais para uso dos profissionais de saúde e da população em geral. Esse centro foi, posteriormente, transformado em um Departamento da Secretaria e perdeu suas características originais.

Após algumas décadas de idas e vindas na implantação do SUS vivemos hoje em um mundo cada vez mais dominado pela mercadorização de todas as dimensões da vida e

⁸ Subtítulo do volume 3 dos Cadernos da Nona, que traz um apanhado da etapa nacional da IX Conferência Nacional de Saúde. Brasília, UNB, 1992.

por um crescente neoliberalismo que acompanha os requisitos dessa nova fase da acumulação do capital na qual as fronteiras para a obtenção dos lucros foram ampliadas dos corpos para as células, da indústria farmacêutica para a engenharia genética e biosintética. Essas novas características do modo de produção social têm se refletido em reviravoltas políticas que vêm debilitando o Estado e suas políticas públicas, bem como a própria fé no conhecimento científico.

As características da conjuntura mundial e nacional resultam em crescente questionamento do Estado e de suas políticas a partir um forte discurso de base neoliberal e moralizante que coloca a corrupção (endêmica no Brasil e no mundo) como o centro dos problemas e sucessivas crises que se instalam e fornecem como remédio o negacionismo científico e o desmonte do Estado. Ao lado disso, as novas formas de conexão entre as pessoas e a apropriação dessas como mercadorias, através de empresas como Facebook, Google e outras, têm levado à manipulação de vontades e emoções criando necessidades de consumo e distintas visões sobre o mundo, facilmente transformadas em “verdades” indiscutíveis.

Não obstante, desde a chegada da pandemia no Brasil, o Sistema Único de Saúde esteve presente nas operações indispensáveis de prevenção e tratamento de pessoas infectadas pela COVID-19, apesar da falta de uma adequada política pública governamental específica para a questão. Como sistema, baseado na universalização da saúde e na descentralização, realizou suas ações com autonomia, cumprindo com os compromissos assumidos há 30 anos e surpreendendo pacientes, familiares e toda a sociedade que passou a defender este sistema.

Se, até o advento da pandemia, a qualidade de tratamentos de saúde era vista como atribuição e planos privados de saúde, agora a qualidade do SUS passa a ser respeitada e referenciada – imprensa e redes -, ultrapassando o preconceito de que seus serviços são tão pobres quanto a população que atendem. A capacidade do SUS em atender a população em geral e suas potencialidades como sistema capaz de desenvolver também conhecimentos específicos (ciência e tecnologia em saúde) e prover não só o cuidado, mas também as atividades de prevenção e informação de seus usuários ficaram claras a partir do enfrentamento da pandemia.

Por outro lado, as dificuldades em lidar com a pandemia no Brasil e o eventual esgotamento da capacidade do SUS em dar conta de uma situação que a condução política do país tornou ainda mais grave, nos remete para a importância de (re) pensar a questão da informação e comunicação em saúde e a premente necessidade de encontrar formas e instâncias que possibilitem a criação de um debate público sobre o tema e acerca da importância das estruturas e políticas do Estado, notadamente o SUS e as universidades, responsáveis pela produção e disseminação de conhecimentos certificados que possibilitam o enfrentamento da pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como explicitamos anteriormente, a grande *mídia* (jornais, televisão) teve um papel bastante central como formadora da chamada “opinião pública” em âmbito mundial e local, divulgando a visão dominante de ciência e tecnologia e também as ideias políticas que dizem respeito aos interesses predominantes nas sociedades, assim como retomou parte de seu *ethos* ao atender o interesse público na difusão de informações relevantes e na promoção do debate público. Atualmente, entretanto há que se agregar à análise a ação de grandes corporações presentes na *internet* e que vêm influenciando fortemente a visão de mundo, da ciência e da tecnologia assimilada pelas pessoas que assimilam os novos códigos da sociabilidade contemporânea

A pandemia gerada pela COVID-19 é um acontecimento público de proporções planetárias e a sua história está sendo construída em narrativas políticas, religiosas, científicas, midiáticas e pessoais sustentadas por diferentes políticas públicas, disputas políticas, demonstrações de vaidades, pautas jornalísticas, debates científicos e discursos nas redes sociais. Algumas dessas narrativas explicitam as tensões entre a sociedade e o Estado e têm grande difusão viabilizada por dispositivos sofisticados, mas de fácil operação, nas tecnologias de redes e plataformas. Por outro lado, tensões intra sociedade tendem a ficar ocultas pela narrativa construída pela grande *mídia*, que tem seus critérios próprios de noticiabilidade. Contribuem para essas tensões os interesses do mercado, os ataques à democracia; a educação formal em tela e os limites do saber; a moral religiosa e as conquistas civilizatórias.

A forma como ciência e a tecnologia vem sendo divulgadas e seu caráter de conhecimento que tende ao esoterismo e dificulta o entendimento da população em geral, ao mesmo tempo em que é apresentada como neutra e de caráter cumulativo, permite sua instrumentalização e, mesmo, concepção de acordo com interesses predominantes em cada sociedade. Entretanto, na atual conjuntura, em que “verdades” são produzidas cotidianamente ao sabor de interesses políticos e econômicos, bem como de estratégias geopolíticas e de mercado, a defesa da ciência e uma apresentação mais clara de seu discurso, bem como a ampliação de sua capacidade integrativa de saberes, pode representar um alento para a manutenção da democracia e de uma opinião pública melhor informada.

O ambiente comunicacional, informacional e de agenciamento de ações de todo o tipo da *internet* vem afetando a vida de pessoas através do planeta. Esse espaço que inicialmente parecia aberto e livre da dominação econômica e político-estatal vem se concentrando em grandes plataformas sociodigitais que têm o intuito de auferir lucros a partir de suas próprias atividades comerciais, profissionais ou lúdicas. Poderosas corporações formadas nesse ambiente, contratam designers, desenvolvem produtos e cálculos e, através de algoritmos, estruturam instruções e desenham caminhos de pensamento que constroem uma nova sociedade.

Acontecimentos políticos dos últimos anos mostram o poder de mobilização e veiculação de opinião “enviesada” nos veículos de comunicação de maior alcance e há

uma inegável contribuição das redes sociais para a produção da ignorância através das falsas notícias e para a catalização do clima de intolerância e ódio que domina vários países e, especificamente, o Brasil. (SBPC, 2018). O governo federal, no último ano, no Brasil, utilizou a *mídia* e redes sociais para desqualificar argumentos racionais sobre a pandemia, exercitar um populismo próprio de campanhas eleitorais e privatizar a dimensão pública do discurso presidencial ao banalizar a pandemia e suas consequências. Mais que nunca faz-se necessário construir no país um “...amplo e coerente marco regulatório das comunicações, acompanhado de políticas públicas que incorporem a evolução tecnológica, política e econômica dos sistemas de comunicação e informação, reafirmando seus compromissos públicos com a democracia e a soberania nacional.”(SBPC, 2018, p.13)

Processos de informação e comunicação pública baseados em conhecimento científico viabilizam e incentivam o debate público sobre ciência, tecnologia e saúde constituído por grupos sociais, mídias e redes sociais. Estas participam do debate, como potentes instrumentos de cidadania ou promotoras de caos. Sob quaisquer perspectivas são meios essenciais para alcançar o objetivo acima citado, assim como a qualificação do SUS e o funcionamento das instituições próprias da democracia. Há, não obstante, um requisito importante a ser considerado: a reflexão sobre as formas de comunicar, de estabelecer diálogos entre quem produz ciência e a população, a linguagem utilizada e as tecnologias empregadas parecem ser essenciais para atingir o objetivo de ampliar o debate público informado a partir de uma perspectiva local própria e adequada às necessidades, possibilidades e potencialidades da população abrangida.

A comunicação pública é indicativa da qualidade das democracias, posto que obedecer e responder ao interesse público é uma exigência normativa a ser cumprida através da comunicação desenvolvida pelos governos e instituições estatais (Weber; Coelho; Locatelli, 2017). O compromisso de informar, esclarecer e estabelecer um debate contínuo deveria ser ampliado na exata medida da gravidade da pandemia, no Brasil, o que, entretanto, não vem sendo cumprido.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria L.; ABDO, A. H. *Ciência Aberta, questões abertas*. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio. 2015.

BAUMGARTEN, Maíra. Divulgação de ciência e tecnologia. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (Orgs.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. 2ª.ed.. Porto Alegre: Zouk, 2011. (p.130-132).

BAUMGARTEN, Maíra. Redes, conhecimento e inovação social. In: BAUMGARTEN, Maíra (Org.). *Conhecimentos e redes: sociedade, política e inovação*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005. p 23-38.

BAUMGARTEN, Maíra. O Debate Público de Ciência e Tecnologia. Divulgação, difusão e popularização. In: KERBAUY, M. T.; ANDRADE, T. H.; HASAYASHI, C. R. (Orgs.). *Ciência, Tecnologia e Sociedade no Brasil*. Campinas: Alinea, 2012. p. 87-98.

- BAUMGARTEN, Maíra; LIMA, Leonardo Santos de. Inovação, inovação social e comunicação pública de ciência e tecnologia: o caso da Wikipédia e sua rede de atores. In: LIMA, M.C.; ALMEIDA Jr. A.r.; ANDRADE T. N.(org.). *Comunicação, Tecnologia e Ambiente*. 1ed.. São Paulo: Hucitec, 2015, p. 69-91.
- BAUMGARTEN, Maíra (org). *Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade. Olhares sobre a América Latina*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2016.
- BAUMGARTEN, Maíra. Saúde, comunicação e interdisciplinaridade, precisamos de novas agendas? In: *CTS em Foco n. 3*. Rio de Janeiro, ESOCITE.BR, 2021.
- BRENOL, Marlise; WEBER, Maria Helena. *Os dados da Covid-19 no Consórcio de Imprensa e posicionamentos políticos*. Salvador: III Congresso Internacional do INCT.DD – 2020
- COLEMAN, Gabriella E. *Revoluções Silenciosas: o irônico surgimento do software livre e de código aberto e a constituição de uma consciência legal hacker*. In: LEAL, O. F.; HENNEMANN, R. (orgs.). *Do Regime de Propriedade Intelectual: estudos antropológicos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010. p. 131-147.
- COLEMAN, Stephen; BLUMLER Jay G. *The Internet and Democratic Citizenship: Theory, Practice and Policy* New York: Cambridge University Press, 2009.
- CORRÊA, Maíra Baumgarten. *Informação, Saúde e Cidadania*. In: *Cadernos da Nona*. v.3. Brasília, UNB, 1992, p. 125, 128.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Fragmentos de uma «analítica» da midiatização*. Matrizes. 2 v. 1, p.89-105, 2008.
- ESTEVES, João P. *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- GOMES, Wilson S. *A democracia no mundo digital: história, problemas e temas*. São Paulo: Edições Sesc, 2018.
- HAJVARD, Stig. *The Mediatization of Society. a theory of the media as agents of social and cultural change*. *Nordicom Review*, n. 2,,v.. 29, p.105-134, 2008.
- HIMANEN, Pekka. *A ética dos hackers e o espírito da era da informação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- LASTRES, Helena Maria M. *Invisibilidade, injustiça cognitiva e outros desafios à compreensão da economia do conhecimento*. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Orgs.). *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: IBICT, UNESCO, 2007. p. 185-212.
- LUHMANN, Niklas. *Social Systems*. Stanford. Stanford University Press, 1995.
- MALDONADO, José. *Tecno-globalismo e Acesso ao Conhecimento*. In: LASTRES, Helena Maria M.; ALBAGLI, S. (orgs.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 105-121.
- MIGNOLO, Walter. *Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica*. In: SANTOS, oaventura. *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Porto (PT), Afrontamento, 2003.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Políticas Públicas para o Brasil que Queremos. *Cadernos da SBPC*, São Paulo, SBPC, 2018. Disponível em <http://portal.sbpnet.org.br>.

SANTOS, Boaventura. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. “Um Discurso sobre as Ciências” revisitado. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 777-821.

SANTOS, Boaventura; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. Epistemologias do Sul: lutas, saberes, ideias de futuro. *Sociologias*, ano 18, n. 43, p 14-23, set/dez 2016.

STEINBERGER, M. *Discursos Geopolíticos da Mídia – jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo, Cortez editora, 2005.

THERBORN, Göran. O desafio mundial às ciências sociais. Abordagens para análise global In: BARREIRA, C et al.(orgs) *Sociologia e conhecimento – além das fronteiras*. Porto Alegre. Tomo editorial, 2006.

VERON, Elíseo. Mediatización, comunicación política y mutaciones de la democracia. *Semiosfera*, Universidad Carlos III n. 2, p. 5-36, 1994.

VERON, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. *Matrizes*, n. 1, v. 8 –. São Paulo, p. 13-19, 2014.

WEBER, Maria H.; COELHO, Marja; LOCATELLI, Carlos (orgs). *Comunicação Pública e Política*. Pesquisa e práticas. Florianópolis: Editora Insular, 2017